

Brazilian Finance & Real Estate S.A.
Proposta da Administração – 2016

AGOE - 29 de Abril de 2016



BRAZILIAN FINANCE & REAL ESTATE S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF: 02.762.113/0001-60
NIRE: 35.300.341.813

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração ("Proposta") da Brazilian Finance & Real Estate S.A. ("Companhia" ou "BFRE") acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") da Companhia a ser realizada no dia 29 de abril de 2016.

1. Comentários dos Diretores sobre a Companhia

Nos termos do artigo 9º, inciso III, da Instrução CVM 481/09, os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se dispostos no Anexo I a esta Proposta.

2. Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 10 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes aos candidatos aos cargos de membro do Conselho de Administração da Companhia encontram-se detalhadas no Anexo II a esta Proposta.

3. Definição da remuneração global dos Administradores da Companhia

Propomos que o montante global máximo da remuneração fixa dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 seja no valor de R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais).

Nos termos do artigo 12 da Instrução CVM 481/09, as informações referentes à proposta da remuneração dos administradores encontram-se dispostas no Anexo III a esta Proposta.

4. Proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481/09

Nos termos do artigo 9º, parágrafo 1º, inciso II, da Instrução CVM 481/09, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2015 encontra-se detalhada no Anexo IV a esta Proposta.

ANEXO I

Comentários dos Diretores sobre a Companhia, nos termos do Item 10 do Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09.

10.1 Comentários dos Diretores sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

Conforme divulgado em Fato Relevante publicado em 28 de dezembro de 2011, o Banco Pan S.A. ("Pan" ou "Banco") firmou naquela data um Memorando de Entendimentos não vinculante visando à assinatura de contratos definitivos para a aquisição de 100% do capital social da BFRE. Em 19 de julho de 2012, foi então concluída a compra indireta pelo Pan de 100% da Companhia e, conseqüentemente, dos ativos de originação, financiamento e securitização desenvolvidos por suas controladas BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. ("BMSC"), Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária ("BM") e Brazilian Securities Companhia de Securitização ("Brazilian Securities").

Em 18 de setembro de 2013, os acionistas da BFRE, reunidos em AGE, aprovaram a redução de capital por excesso, conforme artigo 173, da Lei 6.404/76. A então acionista Ourinvest Real Estate Holding S.A., mais tarde denominada Pan Holding S.A. ("Pan Holding"), recebeu a título de restituição do capital, os seguintes investimentos: (a) participação societária na Brazilian Securities no valor de R\$ 221.687; (b) participação societária na BMSR II Participações S.A. ("BMSR II") no valor de R\$ 282.352; e (c) participação societária na BMSC no valor de R\$ 187.875, todos avaliados pelo seu valor contábil em 31 de agosto de 2013 ("Redução de Capital").

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram aumento de capital, mediante aporte da acionista Pan Holding, no valor total de R\$100.000.000,00, por meio da emissão de 666 novas ações, sendo 222 ações ordinárias, 444 ações preferencias, divididas em 300 ações preferenciais classe A e 144 ações preferenciais classe B, a serem subscritas e integralizadas pela própria acionista. Dessa forma, o capital social da Companhia passou de R\$7.661.784,69 para R\$ 107.661.784,69 no encerramento desse exercício, impactando os índices de endividamento total e parcial, conforme demonstrado no item b., abaixo.

Em 30 de setembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a cisão total da Pan Holding, com versão de parcelas cindidas ao Pan, Brazilian Securities, BMSR II e BMSC. Com isso, a

BFRE, que não recebeu versão de parcela cindida da Pan Holding, passou a ser controlada diretamente pelo Banco Pan S.A., que atualmente detém 100,0% de seu capital social¹.

Atualmente, a BFRE é uma *holding* não financeira cuja gestão do caixa e dos investimentos é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação como quotista em fundos de investimentos regularmente constituídos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia detinha participação no Fundo de Investimento Imobiliário Premier Realty (100,0%), também consolidada em seus demonstrativos.

b) estrutura de capital

Após a Redução de Capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, a BFRE apresenta um volume pouco relevante de ativos, como demonstrado no quadro abaixo.

R\$ mil	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2015
Capital de Terceiros (Total)	12.967	3.999	10.049
Capital de Terceiros (Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos)	0	0	0
Patrimônio Líquido	35.634	135.514	143.383
Nível de Endividamento Total (NET)	0,36	0,03	0,07
Nível de Endividamento Parcial (NEP)	0	0	0

NET – Total de Capital de terceiros sobre Patrimônio Líquido.

NEP – Soma de Empréstimos, Recursos de Aceites e emissão de Títulos e Derivativos sobre Patrimônio Líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Conforme mencionado no item 10.1.a. acima, a gestão de caixa e investimentos da BFRE é feita de forma centralizada pela tesouraria do Pan, responsável também pelo controle dos recursos disponíveis para pagamento dos compromissos financeiros assumidos pela Companhia.

O Pan, por sua vez, tem como política de liquidez a manutenção de um caixa mínimo que garanta o cumprimento de todas as obrigações em um prazo de 90 dias, mesmo em cenários de *stress* de mercado. Para suportar essa política de liquidez, o Banco conta com o suporte de seus acionistas controladores, BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e Caixa Participações S.A. ("Caixapar"), subsidiária

¹ Alteração societária ainda pendente de homologação pelo BACEN.

integral da Caixa Econômica Federal ("Caixa"), com os quais mantém acordos operacionais robustos de longo prazo. Atualmente, a Companhia não possui compromissos financeiros.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Em função da situação atual da BFRE, fontes de financiamento não são necessárias.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

A BFRE não possui qualquer forma de endividamento bancário.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em função da situação atual da BFRE, limites de financiamento não são necessários.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das Demonstrações do Resultado

Comparação entre o exercício social de 2015 e o exercício social de 2014

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para os períodos apresentados:

Em R\$ Mil	2014	AV	2015	AV	AH
Receita Financeira	625	100,0%	16.025	100,0%	-
Receita Financeira	625	100,0%	16.025	100,0%	-
Despesas Gerais e Administrativas	-38	-6,1%	-848	-5,3%	-
Despesas com pessoal	-23	-3,7%	-	-	-
Outras despesas Administrativas	-1.207	-193,1%	-721	-4,5%	-40,3%
Despesas de Impostos	-2	-0,3%	-1.308	-8,2%	-
Depreciação e Amortização	-95	-15,2%	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	1.289	206,2%	1.181	7,4%	-8,4%
Resultado não Operacional	-602	-96,3%	-	-	-

Lucro Bruto	-15	-2,4%	15.177	94,7%	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	5	0,8%	-5.120	-32,0%	-
Lucro Líquido/Prejuízo	-10	-1,6%	10.057	62,8%	-

A BFRE não possui atividade operacional e, portanto, as receitas obtidas durante o exercício de 2014 foram basicamente provenientes das aplicações financeiras efetuadas pela Companhia, porém em volumes menores.

Em 2015, o aumento de capital permitiu ampliar o volume de investimentos, em Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI e CDB, levando a Companhia a apresentar lucro de R\$ 10.057 mil no encerramento de 2015, frente ao resultado negativo de R\$ 10 mil registrado em 2014.

Comparação entre o exercício social de 2013 e o exercício social de 2014

Segue abaixo a análise vertical e horizontal para o período apresentado:

Em R\$ Mil	2013	AV	2014	AV	AH
Receita Operacional	169.989	100,00%	-	-	-
Recebíveis Imobiliários	150.769	88,7%	-	-	-
Benefício Residual em Op. Securitizadas	5.143	3,0%	-	-	-
Receita de Prestação de Serviços	14.077	8,3%	-	-	-
Receita / Despesas Financeiras	-2.271	-1,3%	625	-	-
Receita Financeira	109.504	64,4%	625	-	-99,4%
Despesa Financeira	-111.775	-65,8%	-	-	-
Despesas Gerais e Administrativas	-128.418	-75,5%	-640	-	-99,5%
Despesas com pessoal	-54.820	-32,2%	-23	3,6%	-
Outras despesas Administrativas	-60.121	-35,4%	-1.207	188,6%	-98,0%
Despesas de Impostos	-15.170	-8,9%	-2	0,3%	-
Depreciação e Amortização	-1.648	-1,0%	-95	14,8%	-94,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	3.341	2,0%	687	-107,3%	-79,4%
Lucro Bruto	39.300	23,1%	-15	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	-12.192	-7,2%	5	-	-
Lucro Líquido/Prejuízo	27.108	15,9%	-10	-	-

Até a redução de capital feita na BFRE em setembro de 2013, a Companhia consolidava as operações da BM, Brazilian Securities e BMSC, e desta forma apresentou um volume e diversidade

de receitas e despesas que levaram ao resultado líquido de R\$ 27.108 mil. Em 2014, sua atividade ficou limitada a investimentos financeiros, que levaram a um prejuízo de R\$ 10 mil.

i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes

A BFRE não possui qualquer forma de empréstimos e financiamentos bancários.

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em função da situação atual da BFRE, não há relacionamento de longo prazo com instituições financeiras.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não há.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não há.

10.2. Comentários dos Diretores:

a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Após a Redução de Capital ocorrida em 18 de setembro de 2013, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Após a Redução de Capital mencionada no item acima, a Companhia não apresenta linhas operacionais de negócio. Entretanto, a capitalização de R\$ 100 milhões elevou os níveis de receita da Companhia.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços; e c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro o emissor

Conforme mencionado no item 10.1, a Companhia é atualmente uma *holding* não financeira, sem atividade operacional e, portanto, seus resultados advêm basicamente de aplicações financeiras, cujas receitas variam de acordo com a natureza das aplicações efetuadas pela Companhia. Tais aplicações são realizadas de forma conservadora.

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Após a Redução de Capital, as receitas da Companhia decorrem de aplicações financeiras.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação acionária

c) eventos ou operações não usuais

As operações da Companhia foram afetadas por 2 eventos descritos no item 10.1 a): redução de capital via restituição de participação em empresas operacionais em setembro de 2013, e aumento de capital para aplicações financeiras em dezembro de 2014.

10.4 - Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei 11.638, alterada pela Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei 6.404/76. Essa alteração teve como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Novas normas e interpretações de normas que alteraram as práticas adotadas no Brasil, dentro do processo de convergência com as normas internacionais, foram emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), sendo requeridas para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010.

Dessa forma, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo IASB, e as Interpretações do Comitê de Interpretações de Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), bem como com os pronunciamentos emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

A descrição detalhada das práticas contábeis e critérios de avaliação utilizados pela Companhia para a elaboração das referidas demonstrações financeiras está apresentada em Nota Explicativa às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 (Nota 2 – Resumo das Principais Políticas Contábeis e Critérios de Apuração).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Conforme descrito no item anterior, as alterações em práticas contábeis mais significativas ocorreram ainda em 2010, com o advento da adoção completa das normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM (IFRS). Dessa forma, as informações financeiras divulgadas no período de 2010 a 2015 já foram elaboradas de forma uniforme, não havendo impactos significativos em decorrência de eventuais mudanças em práticas contábeis.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

De acordo com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi conduzido sob a responsabilidade da Moore Stephens Auditores e Consultores independentes, que, em 9 de fevereiro de 2015, emitiu relatório de auditoria sem ressalvas.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos

fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

A Companhia efetua estimativas e julgamentos contábeis, com base em premissas, que podem, no futuro, não ser exatamente iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e julgamentos que, na opinião da Administração, podem ser consideradas mais relevantes, e podem sofrer variação no futuro, acarretando em eventuais impactos em ativos e passivos da Companhia, estão descritas a seguir:

i) Valor justo dos instrumentos financeiros:

O valor justo dos instrumentos financeiros que não possuem suas cotações disponíveis ao mercado como, por exemplo, através da Bolsa de Valores, são mensurados mediante a utilização de técnicas de avaliação, sendo considerados métodos e premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado e, também, nas informações disponíveis, na data das demonstrações financeiras. As políticas contábeis descritas nas notas 2.c. e 2.d. apresentam, respectivamente, informações detalhadas sobre “definições e classificação dos instrumentos financeiros” e “mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo”.

ii) Constituição de créditos tributários:

De acordo com as informações divulgadas na nota 2.h., a Companhia reconhece impostos diferidos sobre diferenças temporárias e, também, sobre saldos de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social. Referido reconhecimento ocorre somente na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação desses créditos tributários. Para tanto, a Companhia utiliza projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos. A nota 7 apresenta informações detalhadas sobre impostos diferidos, bem como a expectativa de prazo para suas realizações.

iii) Baixa de ativos financeiros:

De acordo com a informação divulgada na nota 2.e., os recebíveis imobiliários, lastros de operações securitizadas sem cláusula de coobrigação, são baixados quando da emissão dos respectivos CRIs e os eventuais benefícios residuais são reconhecidos de acordo com o período de competência.

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia e todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas nos itens anteriores.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) natureza e propósito da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8. Principais elementos do Plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos):

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não há investimentos de novos negócios ou operacionais em andamento ou previstos.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Não aplicável.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços):

Não aplicável.

10.9. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

Eleição de administradores

12.6. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, indicar:

Eleição de Membros do Conselho de Administração:

	Alex Sander Moreira Gonçalves
Idade	43 anos
Profissão	Administrador de Empresas
CPF	668.687.186-91
Cargo	Membro Efetivo do Conselho de Administração
Data de Eleição	29.04.2016
Data da Posse	02.05.2016
Prazo do Mandato	Até a posse dos eleitos na AGO de 2017
Outros Cargos	Não há
Eleito pelo Controlador	Sim

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não há.

12.8. Em relação a cada um dos membros do conselho de administração, fornecer:

a/b. currículo e demais eventos:

Alex Sander Moreira Gonçalves – Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Brasília – UnB, com pós-graduação em Finanças pela USP-Fipecafi, possui mais de 27 anos no mercado financeiro. Ingressou na BV Financeira C.F.I em 2009, onde permaneceu por 4 anos e exerceu as posições de Superintendente de Negócios e Diretor de Consignação e Canal Próprio. Anteriormente, atuou como executivo de Consignação e Negócios com o Governo e como Diretor Comercial e de Produtos no Banco Bradesco Financiamentos/BMC. Atualmente é Diretor do Banco Pan S.A. e Diretor da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau

Não há relações familiares entre os administradores da Companhia.

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores de controladas diretas ou indiretas, controladores diretos ou indiretos e outros

Alex Sander Moreira Gonçalves

Administrador no Emissor: Membro Efetivo do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada: Banco Pan S.A.

Cargo: Diretor

CNPJ: 59.285.411/0001-13

Tipo de relação: Subordinação

Tipo de pessoa: Controlador direto (* o controle direto está sob homologação do Banco Central. Anteriormente o controle era indireto).

ANEXO III

Remuneração dos administradores

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia busca compensar adequadamente a competência e o comprometimento dos seus profissionais, por meio da adoção de política de remuneração voltada ao crescimento dos valores individuais e coletivos. A remuneração dos diretores da Companhia segue padrões de mercado, sendo paga na forma de pró-labore.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria é baseada nas responsabilidades de cada membro e nas práticas de mercado, objetivando criar e manter uma estrutura de remuneração que confira consistência interna, competitividade externa e eficácia motivacional a todos os níveis da Diretoria.

b. Composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta por pró-labore mensal.

(ii) proporção de cada elemento na remuneração total

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos Diretores é composta exclusivamente por pró-labore.

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

O valor da remuneração dos Diretores da Companhia é calculado levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado e o nível de competitividade da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Remunerar os profissionais de acordo com a prática de mercado e o nível de competitividade da Companhia.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

Os indicadores de desempenho para o pagamento de pró-labore têm como embasamento a experiência e a responsabilidade do cargo de cada administrador.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados sob nenhuma forma.

Diretoria Estatutária

A Companhia busca incentivar seus administradores a sempre perseguirem maior eficiência em seu trabalho e, conseqüentemente, a gerarem melhores resultados para a Companhia. Adicionalmente, tendo em vista que a remuneração dos Diretores da Companhia é calculada levando-se em conta os valores de remuneração praticados pelo mercado, a Companhia busca reter os melhores profissionais na Companhia e estimula a melhoria dos resultados, o que se alinha aos interesses de longo prazo da Companhia.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não aplicável.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

Não aplicável.

13.2 Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal:

Remuneração Estimada total do Exercício Social 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	3,00	3,00	-	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	1.020.000,00	-	1.020.000,00
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				

Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã o do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	0,00	1.020.000,00	0,00	1.020.000,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	3,00	3,00	-	6,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	-	-	-
Benefícios direto e indireto				
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã o do cargo				

Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2014 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros		0,08	-	0,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	18.810,00	-	18.810,00
Benefícios direto e indireto		5.050,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente,		

		com duas casas decimais		
Total da remuneração	0,00	23.860,00	0,00	23.860,00

Remuneração total do Exercício Social 31/12/2013 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros		1,66		1,66
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	-	634.552,09	-	634.552,09
Benefícios direto e indireto		135.180,00		
Participações em comitês				
Outros				
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus				
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós emprego				
Cessaçã o do cargo				
Baseada em ações				
Observação		O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais		
Total da remuneração	0,00	769.732,09	0,00	769.732,09

13.3 Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, na data de encerramento do último exercício social:

Não aplicável.

13.6 Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não aplicável.

13.7 – Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela:

Não aplicável.

13.8 – Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.9 – Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Não aplicável, tendo em vista que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por pró-labore.

13.10 – Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável.

13.11 – Remuneração Média dos Administradores

	Diretoria Estatutária		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	-	0,08	1,66
Valor da maior remuneração (Reais)	-	18.810,00	225.720,00
Valor da menor remuneração (Reais)	-	18.810,00	225.720,00
Valor médio da remuneração (Reais)	-	18.810,00	225.720,00
Observação	-	-	-

	Conselho de Administração		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	-	-	-
Valor da maior remuneração (Reais)	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	-	-	-
Observação	-	-	-

	Conselho Fiscal		
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Nº de Membros	-	-	-
Valor da maior remuneração (Reais)	-	-	-
Valor da menor remuneração (Reais)	-	-	-
Valor médio da remuneração (Reais)	-	-	-
Observação	-	-	-

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria e quais as consequências financeiras para a Companhia

Não aplicável.

13.13 Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2015	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014	
Conselho de Administração	0,00%
Diretoria Estatutária	100,00%
Conselho Fiscal	0,00%

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria

estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não aplicável.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não aplicável.

13.16 outras informações que a Companhia julga relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item 13.

ANEXO IV

Informações nos termos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 10,1 milhões.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Descrição	Valor R\$ mil	Valor por Ação ON		Valor por Ação PN	
		Bruto	Líquido de IRRF	Bruto	Líquido de IRRF
Dividendos a pagar até 31.12.2016	2.388	3,33	3,33	3,33	3,33

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Descrição	Valor R\$ mil	%
Lucro Líquido do Exercício de 2015	10.057	-
(-) Reserva Legal	(503)	-
Base de Cálculo	9.554	-
Dividendos a pagar provisionados	2.388	25,00%

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Não aplicável.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não haverá distribuição de dividendos, ou JCP, além do declarado no item 2, acima.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 – R\$ mil	2014 – R\$ mil	2013 – R\$ mil	2012 – R\$ mil
ON	3.352	-	9.036	-
PN	6.705	-	18.072	-
Total	10.057	-	27.108	-

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

Classe ação	2015 – R\$ mil	2014 – R\$ mil	2013 – R\$ mil	2012 – R\$ mil
ON	796	-	2.146	-
PN	1.592	-	4.292	-
Total	2.388	-	6.438	-

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 503 mil.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do estatuto social, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital social da Companhia. Nos termos do artigo, 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, a Companhia poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo sobre o lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07. Conforme deliberado em Estatuto Social, a distribuição de dividendos será no mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual, após a destinação para reserva legal.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor global de R\$ 1.592 mil.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

A Companhia possui apenas uma classe de ações preferenciais, para a qual será pago o valor de R\$ 3,33 mil por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme item 9.a.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não Aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Companhia, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Companhia.

b. Identificar o montante destinado à reserva

O montante destinado à reserva estatutária foi de R\$ 7.166 mil.

c. Descrever como o montante foi calculado

O montante transferido para a Reserva Estatutária consiste no Resultado do Período, descontado a Reserva Legal e provisão para pagamento de Dividendos.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.